



A CONFLUÊNCIA DAS CATADORAS DE MATERIAIS REICLÁVEIS E A TRADIÇÃO QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO DE MINAS GERAIS

Márcia Cristina Moreira Paranhos¹; Aline Leite Dias².

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Programa de Pós-Graduação em Inovação Tecnológica (PPGIT)
Doutoranda Márcia Crisitna Moreira Paranhos <marciaparanhos10@gmail.com>

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Programa de Pós-Graduação em Inovação Tecnológica (PPGIT)
Mestranda Aline Leite Dias <fonheu@icloud.com>

GT6: Conflitos socioambientais: experiências práticas e narrativas de resistências.

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões e análises de dois territórios distintos: Associações e Cooperativas de Materiais Recicláveis em Belo Horizonte (MG) e a vivência na Comunidade Tradicional Quilombola de Cachoeira dos Forros em Passa Tempo (MG). Apesar das diferentes realidades, as experiências revelam questões estruturais que positivamente uma Inovação Social, das vivências e lutas contra a invisibilidade, a exploração e a marginalização de mulheres. Partindo da perspectiva contra colonialismo do pensador quilombola Nego Bispo¹ e de uma epistemologia insurgente², este trabalho destaca as formas de resistência diante dos conflitos socioambientais. As observações indicam que há uma confluência³ crítica sobre a reprodução de estruturas coloniais, especialmente no que tange ao papel da mulher sob a ótica da transformação social.

Agradecimentos: Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 32001010171P0 - Programa de Pós-Graduação em Inovação Tecnológica (PPGIT) pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). - Alunas: Márcia Cristina Moreira Paranhos (Doutorado) e Aline Leite Dias (Mestrado).

¹ **Nego Bispo**, escritor negro e quilombola, critica o pensamento pós-colonial e decolonial por considerá-los ainda presos a lógicas coloniais, mesmo que de forma intelectualizada. BISPO, Antônio dos Santos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

² A **"epistemologia insurgente"** do Nego Bispo, também conhecida como **"contra colonialidade"**, é um conceito que valoriza e resgata os saberes tradicionais de povos quilombolas e indígenas, contrapondo-se à "monocultura do saber" dominante. BISPO, Antônio dos Santos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

³ A **"confluência"** no pensamento de Nego Bispo refere-se à ideia de encontro e interação entre diferentes elementos, sem que um anule o outro. BISPO, Antônio dos Santos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.



Palavras-chave: 1.Mulheres; 2.Confluência 3.Catadoras de Materiais Recicláveis; 4.Comunidade Tradicional Quilombola; 5.Inovação Social.

Destaques

- A invisibilidade da atuação feminina na gestão do trabalho.
- A precariedade das condições laborais que comprometem a rentabilidade e a saúde ocupacional.
- O enfrentamento da discriminação estrutural.
- A Inovação Social reconfigurando territórios.

INTRODUÇÃO

As epistemologias tradicionais têm deixado lacunas em compreender e valorizar os saberes e práticas de resistência protagonizados por mulheres nos territórios periféricos e tradicionais. Este artigo aborda experiências empíricas em Minas Gerais, no contexto das catadoras de materiais recicláveis em Associações e Cooperativas (ACs) na capital mineira de Belo Horizonte, sob os olhares da Mestranda Aline Dias, em paralelo as vivências da Comunidade Tradicional Quilombola de Cachoeira dos Forros (CTQCF) em Passa Tempo, observados pela Doutoranda Márcia Paranhos.

Estes dois territórios compartilham o mesmo eixo estruturante: a luta de mulheres, em sua maioria negras e “líderes familiares”, contra um sistema que insiste em invisibilizá-las. Tento como ponto de partida as reflexões dos saberes tradicionais de Antônio Bispo dos Santos - Nego Bispo (2015), intelectual quilombola, que revela uma forma de conhecimento que emerge da prática e da vivência, em oposição à lógica do conhecimento hegemônico, compreende-se que há uma "fala contra colonial" que emerge desses corpos e territórios, revelando lógicas de enfrentamento e resignificação.

O contexto de ambas as pesquisas envolve populações historicamente marginalizadas, sobretudo quando se trata das mulheres, aprisionadas em estruturas coloniais e patriarcais que inviabilizam suas falas, não por ausência de voz, mas pela inexistência de escuta. A crítica de Nego Bispo (2015) revela como os intelectuais ocidentais frequentemente reencenam a



violência epistêmica ao falar *pele* Outro, apagando as possibilidades de enunciação autônoma desses sujeitos.

Pela lente de Nego Bispo (2015), por mais que estas mulheres estejam em campos distintos geograficamente, são oriundas em sua essência, traçam um mesmo fio vital: são elas as guardiãs da sobrevivência familiar e comunitária, não importando a labuta que as ocupe. Sejam as catadoras, que com suas mãos hábeis se entregam à coleta, triagem e encaminhamento de resíduos e materiais recicláveis, ou os quilombolas, que plantam, regeneram o solo, capinam, pilam e debulham os alimentos, ambas carregam o peso da jornada dupla de trabalho. É essa sobrecarga que desenha uma jornada exaustiva, mas também de profunda resiliência e força ancestral, onde os seus saberes do trabalho são replicados. Evidenciando a realidade dessas mulheres, buscamos não falar por elas, mas explicitar, a partir de escutas e olhares, como suas práticas e narrativas são formas de resistência diante de conflitos socioambientais, do racismo, e de lógicas patriarcais.

Combinando o pensamento “contra colonial” de Nego Bispo (2021) e os marcos da crítica pós-colonial e decolonial, ele propõe uma virada epistemológica que não apenas contesta o colonialismo, mas o desestabiliza por dentro, a partir de saberes e práticas ancestrais. Para ele, resistir é “insistir em outro modo de existência”, ancorado em territórios, oralidades e sistemas de valores próprios. Assim, este artigo tende a analisar como essas mulheres, mesmo subjugadas por uma longa história de apagamentos, constroem práticas inovadoras, produtivas e coletivas de resistência, revelando não apenas a complexidade de suas condições de vida, mas também a potência de suas ações, a favor da própria subsistência humana. Essa perspectiva se articula com os apontamentos de Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (2003), que já afirmavam a centralidade da mulher negra como sujeito político e epistêmico das lutas por equiparidade social no Brasil, cujas vozes e práticas foram historicamente silenciadas.

No campo da inovação social, autores como Frank Moulaert e Jean-Louis Laville (2013) compreendem que a inovação não se limita a produtos ou tecnologias, mas se manifesta também na reorganização de relações sociais, na coprodução de soluções e no empoderamento de sujeitos historicamente marginalizados. Geoff Mulgan (2007), por sua vez, destaca que inovações sociais são respostas coletivas a falhas do sistema dominante, que surgem quando populações invisibilizadas criam modos de organizar a vida, o trabalho e os vínculos



comunitários. Essas formulações permitem compreender as práticas das mulheres pesquisadas – catadoras em zonas urbanas e quilombolas em áreas rurais – como expressões de uma inovação enraizada nos territórios e pautada por valores de solidariedade, cuidado e resistência.

Ao contrário da visão tradicional que interpreta essas ações como meros mecanismos de sobrevivência, autores como Muhammad Yunus (2008) e Geoff Mulgan (2007) apontam que a inovação social pode ser um vetor de reconfiguração institucional e de criação de novos direitos sociais. Eles demonstram como iniciativas comunitárias e novas formas de organização territorial voltadas em amenizar as demandas sociais são capazes de transformar realidades e gerar impacto positivo duradouro. Logo, as práticas construídas por mulheres, onde a maioria são negras, periféricas e tradicionais não devem ser vistas como improvisações ou adaptações, mas como experiências inovadoras estruturantes que interpelam a sociedade, o poder público, o mercado e o saber acadêmico.

São vertentes que vão de encontro com os ideais das pensadoras Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (1988) (que abordam a resistência e a inventividade negra) quando ressaltam: capacidades forjadas na luta cotidiana que frequentemente escapam à racionalidade burocrática e aos marcos formais de reconhecimento, revelando uma profunda competência invisível presente nessas comunidades a franja da sociedade.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma metodologia qualitativa, exploratória e descritiva, focada em compreender as experiências de mulheres em territórios específicos (Minayo, 2017).

Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática de literatura científica, documentos governamentais e relatórios de ONGs, abordando temas como: Trabalho informal e precarizado (Antunes, 2018); Racismo ambiental (Bullard, 1993; Acselrad, 2004); Invisibilidade das mulheres negras (Gonzalez, 1984; Carneiro, 2003); Inovação social em contextos periféricos (Moulaert et al., 2013; Hillenkamp; Lavielle; Leubolt, 2015).

A análise de conteúdo (Bardin, 2011) foi utilizada para interpretar os dados empíricos, identificando categorias temáticas emergentes e padrões narrativos. As categorias priorizaram as interconexões entre invisibilidade, precarização, racismo ambiental, inovação social e resistência feminina, oferecendo uma leitura crítica das realidades investigadas.



RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise integrada dos dados, alinhada às experiências das mulheres nos territórios em estudo, suscitou saberes tão enraizado na vivência local. Esse processo revelou como as narrativas e práticas dessas mulheres constituem um *corpus* significativo de conhecimento, articulando as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldam seus contextos. Salienta-se que este *corpus* significativo de conhecimento foram confluentes em ambos os espaços, apesar de outros emergirem, para este trabalho somente três serão analisadas. Temos em primeiro plano, (3.1) a invisibilidade da atuação feminina na gestão do trabalho, em segundo, (3.2) a precariedade das condições laborais que comprometem a rentabilidade e a saúde ocupacional, por fim, o terceiro plano, (3.3) o enfrentamento da discriminação estrutural. Vejamos:

3.1 A invisibilidade da atuação feminina na gestão do trabalho: A contribuição das mulheres na organização e na condução das atividades laborais frequentemente passa despercebida.

3.1.1 Catadoras de Materiais Recicláveis: A participação das mulheres na organização e na condução das atividades laborais das ACs de Belo Horizonte é significativa. Essas trabalhadoras desempenham funções essenciais, desde a triagem e separação de resíduos até a administração e negociação com compradores e a indústria. Embora, elas sejam protagonistas da cadeia de reciclagem, sua visibilidade pública e profissional permanece fragilizada e subvalorizada. Mesmo em contextos associativos, as mulheres frequentemente se deparam com o estigma, especialmente quando o trabalho que realizam é informal e carece de reconhecimento oficial. As catadoras também convivem com a divisão sexual do trabalho, que revelam estereótipos de gênero. Enquanto os homens assumem tarefas consideradas “mais pesadas”, como transporte de materiais e operação de máquinas (prensa, empilhadeira, caminhão), que são mais visíveis e valorizadas, as mulheres ficam com as atividades de coleta, triagem, limpeza e organização, atividades essenciais, mas tidas como normais ou menos importantes. Mulheres recebem menos ou



têm menos acesso a benefícios, mesmo trabalhando tanto quanto os homens. As jornadas duplas dificultam a estabilidade, a formalização, a participação em capacitações, reuniões, fóruns políticos e visibilidade midiática. Quando elas exercem funções administrativas ou de mediação comunitária, por vezes, não são reconhecidas como gestoras e líderes organizacionais, o que alimenta a cultura machista, a estrutura patriarcal, e favorece a sub-representação feminina em cargos decisórios.

3.1.2 Mulheres Quilombolas: Em comunidades quilombolas, a falta de visibilidade feminina é um problema igualmente sério. Conforme a fala da J. M. - Representante das Mulheres Quilombolas na CTQCG - “Aqui a gente luta para ser mulher com força ancestral”. Refletir nesta fala, fica positivado a participação de mulheres em posições de liderança e o quanto elas são suprimidas em suas vivências diárias. Isso acontece porque muitas vezes falta momentos de reflexão o suficiente para suscitar a realidade de milhares de mulheres e homens, tornando-os invisíveis para as ações corriqueiras, porém essenciais, assim como as tarefas domésticas e de cuidados. Além disso, mesmo ocupando cargos importantes em associações e conselhos, as mulheres quilombolas raramente são reconhecidas como presidentes ou representantes principais. Elas acabam ficando em papéis secundários, o que reflete uma forma de pensar patriarcal que valoriza a voz masculina e silencia as vozes femininas.

Essa dinâmica se alinha às discussões de autores como Lélia Gonzalez (1988) e Nego Bispo (2023), que abordam a invisibilidade e o apagamento de saberes e protagonismos, o que ressoa com a experiência de mulheres em diversos espaços pois o silenciamento e a marginalização de grupos específicos sempre existiram, entretanto a resistência se renova e insurge de inúmeras formas.

3.2 A precariedade das condições laborais que comprometem a rentabilidade e a saúde ocupacional: Explorando as dificuldades enfrentadas que afetam diretamente a sustentabilidade econômica.



3.2.1 Catadoras de Materiais Recicláveis: As mulheres frequentemente enfrentam uma série de perigos em seus trabalhos, que vão desde cortes, lesões musculares, doenças respiratórias e infecciosas até ansiedade, exaustão e uma profunda sensação de desamparo. Para as catadoras de materiais recicláveis, esses riscos são ainda maiores devido à natureza informal de sua atividade. A falta de equipamentos de proteção individual e a ausência de políticas públicas que garantam um mínimo de segurança e saúde as deixam ainda mais vulneráveis. Isso cria o que se pode chamar de "precarização institucionalizada", onde o trabalho feminino em situações de extrema vulnerabilidade é visto como algo natural. As catadoras sofrem acidentes com materiais perfurocortante, muitas vezes contaminados com material biológico de origem hospitalar e/ou residencial, neste caso elas incorrem no risco de adquirirem diversas doenças graves como hepatite, AIDS entre outras. Essa precariedade laboral reflete diretamente na saúde física e mental dessas catadoras que não recebem a devida compensação financeira, para a execução de tarefas insalubres e perigosas. Isto se comprova no depoimento da Catadora S. F. S. E.: "Igual assim, a gente que trabalha com o material reciclável, a gente deveria ser mais valorizado. Os riscos que você corre... o preço que tá o material... sabe? Você trabalha ali, a gente não tem benefício nenhum, a gente não é registrado, você não tem nada de 13º, nada dessas coisas". Nesse contexto, a perspectiva de Carneiro (2003) nos ajuda a entender como a sociedade estrutura e naturaliza desigualdades, tornando certas vidas mais descartáveis, especialmente as de mulheres em contextos marginalizados que são as que sustentam a base da sociedade.

3.2.2 Mulheres Quilombolas: Para as mulheres quilombolas, a precariedade das condições de trabalho é um entrave direto à sua sustentabilidade econômica. No que tange a renda advindo da agricultura, realizada de forma manual, acarreta lesões físicas constantes, somando-se aos desafios diários das tarefas familiares. Outro entrave são as questões básicas de subsistência humana, como a falta de acesso à energia elétrica, saneamento básico e principalmente a regularização fundiária. Torna-se muito difícil planejar a longo prazo ou investir em melhorias que poderiam gerar uma renda mais estável e justa, já que a insegurança laboral e latifundiária é latente. Essa situação as



mantém em um ciclo de vulnerabilidade, onde o esforço diário muitas vezes não se traduz em prosperidade emocional e financeira. A fala da jovem J. S., bisneta de D. Maria, uma das moradoras mais antigas da CTQCF, aponta para uma realidade que tem urgência em se reorganizar. "Eu planto, mais gente planta, colhe, cria, mas cada um gosta. Eu aprendi com meus pais e avós a terra é tudo".

Os entraves cotidianos, ancorados na ancestralidade, no cuidado comunitário e na partilha, não limitam a forma como essas mulheres lidam com o território, ao contrário, dão forma a experiências de inovação social contra colonial, que subvertem as normas excludentes do capitalismo tradicional, ressaltam a importância do valor laboral, em resistência à forma como a invisibilidade e a precarização afetam diretamente a vida e a dignidade das pessoas, especialmente das mulheres catadoras e quilombolas. A luta dessas mulheres é por reconhecimento e segurança, para que seu trabalho e sua existência sejam valorizados (BISPO, 2015).

3.3 O enfrentamento da discriminação estrutural: As mulheres resistem e reagem a preconceitos arraigados, manifestando-se em ações coletivas inovadoras e na reconfiguração simbólica de seus territórios.

3.3.1 Catadoras de Materiais Recicláveis: As catadoras fundam associações e cooperativas, constroem redes de apoio e produzem discursos políticos que ressignificam sua posição social e ambiental. Essas mulheres transformam sua prática cotidiana em luta coletiva, onde o trabalho com resíduos passa a ser também campo de organização política e de reivindicação por reconhecimento social. Temos por exemplo, a Catadora S. F. S. E., mulher, mãe, divorciada, 31 anos de idade, 6 anos na profissão de catadora: "O cidadão dá muito pouco valor para o catador. Ele acha que vai gastar muito dinheiro, que é perda de tempo, mas ele não vê que o catador também tem família." A presença de catadoras em fóruns municipais e conferências ambientais reforça a centralidade da economia popular e solidária, como forma de resistência frente à exclusão sistêmica (CARNEIRO, 2023).



3.3.2 Mulheres Quilombolas: Elas transformam espaços de exclusão em lugares de criação e reconstrução comunitária, por meio da oralidade, da memória e da partilha de saberes. Essa experiência coletiva, que Nego Bispo (2015) denomina como “experiência ancestral em movimento”, é também uma forma de insurgência epistêmica, pois confronta as lógicas colonialistas de desenvolvimento e produção. Como destacam Carneiro (2023) e Antunes (2018), as mulheres negras, especialmente em territórios tradicionais, protagonizam resistências silenciosas que desestabilizam o racismo institucional e constroem outras formas de bem viver, a partir de redes de apoio, práticas espirituais e da economia do cuidado. “Cada passo que damos é pra mostrar que nosso lugar é aqui, que nossa voz importa”, segundo C. M., quilombola de Cachoeira dos Forros, casada, mãe de três filhos. Protagonista não só da sua própria história, mas, quanto mulher negra, resiste diariamente ao sistema opressor por meio das inovações sociais que articula junto a CTQCF, podendo citar o seu cargo de gerência na Padaria Comunitária.

As ações coletivas inovadoras das mulheres catadoras de materiais recicláveis e das quilombolas, fomenta uma confluência sistêmica que resiste a discriminação estrutural que precisa ser refletida a todo momento em inúmeros lugares de fala.

Esses três tópicos revelam a interseccionalidade entre gênero, raça e classe como determinantes estruturantes das desigualdades sociais enfrentadas tanto nas periferias urbanas quanto nas comunidades tradicionais. Essa aproximação metodológica entre os campos permite evidenciar o que Lélia Gonzalez (1988) chamava de “amefricanidade” “uma vivência coletiva de opressão e de reinvenção”, revelando o “valor” de construir pontes entre epistemologias femininas negras, práticas comunitárias e a inovação social como resistência situada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações finais representam um ponto do início de um diálogo contínuo e necessário. Longe de esgotar as complexidades das questões aqui abordadas, elas abrem portas para novos debates, convidando à reflexão permanente sobre os caminhos da inclusão



socioproductiva e do reconhecimento das inovações forjadas nas comunidades. Ainda que os autores tenham partido de campos de estudo distintos, como a gestão de resíduos sólidos urbanos e as práticas sociais em comunidades quilombolas, as análises convergiram para evidenciar uma realidade comum: a confluência das relações entre territórios de trabalho, a tradição e a persistência de estruturas opressivas.

Tais estruturas, marcadas por raça, classe e gênero, operam de forma interseccional, tal como conceitua Crenshaw (2002), resultando em profundas desigualdades que impedem o acesso pleno à cidadania e a condições de vida dignas, especialmente para mulheres, mulheres negras que assumem a liderança de seus lares. Em vez de serem reconhecidas como protagonistas de processos sociais transformadores, essas mulheres são invisibilizadas por políticas públicas fragmentadas e por uma epistemologia dominante que deslegitima seus “saberes”. Como afirma Nego Bispo (2015), é preciso romper com o “monocultivo do saber” e abrir espaço às epistemologias do “Sul” aquelas forjadas na experiência, no corpo e na memória das populações historicamente marginalizadas.

O papel da universidade pública, nesse cenário, é crucial: ao assumir o compromisso com essas epistemologias, não apenas amplia o escopo científico e metodológico da pesquisa, como também fortalece seu papel social de enfrentamento às desigualdades históricas. Ampliar o campo da inovação social com base nas práticas dessas mulheres é reconhecer que a transformação não está apenas nas soluções tecnológicas ou institucionais, mas, sobretudo, na forma como os sujeitos coletivos reorganizam o viver. As experiências das catadoras e dos quilombolas revelam que há outras formas de sustentar a vida “com base na reciprocidade, no cuidado, na ancestralidade e na solidariedade” que tensionam a lógica da mercantilização e indicam caminhos para um desenvolvimento realmente inclusivo e contra colonial de Nego Bispo (2015). Reconhecer esses caminhos é mais que um ato político; é uma exigência ética e epistêmica para a construção de sociedades mais equitativas.

DECLARAÇÃO

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a Gemini (Google) serviço de inteligência artificial generativa para a revisão gramatical, auxílio na sumarização de literatura e codificação inicial com o objetivo de aprimorar a fluidez e a clareza da redação. Após o uso da ferramenta



Gemini, houve a revisão e editoração do conteúdo conforme necessário e assumindo total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1.ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- 2.ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- 3.BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- 4.BISPO. Antônio dos Santos. Nego Bispo, *Colonização, Quilombos: modos e significações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2015.
- 5.BISPO, Antônio dos Santos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- 6.CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- 7.CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.
- 8.GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS, 1984.
- 9.LAVILLE, Jean-Louis; LEUBOLT, Bernhard; MOULAERT, Frank. *Inovações sociais e políticas públicas: experiências internacionais*. Brasília: Ipea, 2015.
- 10.Minayo, M. C. S. (2017). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- 11.MOULAERT, Frank et al. *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.
- 12.MULGAN, Geoff. **O futuro da sociedade: o que vem depois do Estado de bem-estar social?** Rio de Janeiro: Record, 2007
- 13.HILLENKAMP, Isabelle; COSTA, Ana Lúcia. *Inovação social e economia solidária: práticas e conceitos em debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

14.PARANHOS, Márcia Cristina Moreira. Avançando na inclusão socioprodutiva: a convergência da economia da funcionalidade e da cooperação e inovação social em uma comunidade quilombola de Minas Gerais. 2023. 156 f. Dissertação (Mestrado em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

15.YUNUS, Muhammad. Um mundo sem pobreza: a iniciativa dos negócios sociais. Tradução de Ryta B. Viégas. São Paulo: Ática, 2008